



SÃO JOSÉ DOS CAMPOS-SP

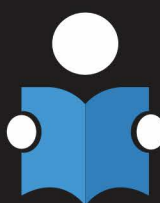
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - SÃO PAULO

PROFESSOR II - HISTÓRIA

- ▶ Língua Portuguesa
- ▶ Fundamentos da Educação
- ▶ Legislação Educacional
- ▶ Conhecimentos Específicos

INCLUI QUESTÕES GABARITADAS

EDITAL Nº 02/2025



41
ANOS
A SOLUÇÃO PARA O SEU CONCURSO

BÔNUS

ÁREA DO
CONCURSEIRO

- **Português:** Ortografia, Fonologia, Acentuação Gráfica, Concordância, Regência, Crase e Pontuação.
- **Informática:** Computação na Nuvem, Armazenamento em Nuvem, Intranet, Internet, Conceitos, Protocolos e Segurança da informação.



AVISO IMPORTANTE:



Este é um Material de Demonstração

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila.

Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, **esta não é a apostila completa.**

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- × Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- × Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- × Questões gabaritadas
- × Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da **APROVAÇÃO.**

Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:
<https://www.editorasolucao.com.br/>





SÃO JOSÉ DOS CAMPOS-SP

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS
CAMPOS - SÃO PAULO

Professor II- História

EDITAL Nº 02/2025

CÓD: SL-119DZ-25
7908433288763

Língua Portuguesa

1. Interpretação e compreensão de texto	7
2. Organização estrutural dos textos	10
3. Marcas de textualidade: coesão, coerência e intertextualidade	13
4. Modos de organização discursiva: descrição, narração, exposição, argumentação e injunção; características específicas de cada modo	15
5. Textos literários e não literários	24
6. Tipologia da frase portuguesa	33
7. Estrutura da frase portuguesa: operações de deslocamento, substituição, modificação e correção	38
8. Problemas estruturais das frases	40
9. Norma culta	40
10. Pontuação e sinais gráficos	46
11. Organização sintática das frases: termos e orações; Ordem direta e inversa	53
12. Tipos de discurso	57
13. Registros de linguagem	60
14. Funções da linguagem	61
15. Elementos dos atos de comunicação	66
16. Estrutura e formação de palavras	69
17. Formas de abreviação	71
18. Classes de palavras: os aspectos morfológicos, sintáticos, semânticos e textuais de substantivos, adjetivos, artigos, numerais, pronomes, verbos, advérbios, conjunções e interjeições e, modalizadores. Semântica: sentido próprio e figurado; antônimos, sinônimos, parônimos e hiperônimos	72
19. Polissemia e ambiguidade	76
20. Os dicionários: tipos; a organização de verbetes	80
21. Vocabulário: neologismos, arcaísmos, estrangeirismos e, latinismos	83
22. Ortografia e acentuação gráfica	87
23. A crase	92

Fundamentos da Educação

1. Concepções e tendências pedagógicas contemporâneas	99
2. Relações socioeconômicas e político-culturais da educação	100
3. Educação em direitos humanos, democracia e cidadania	101
4. A função social da escola	103
5. Inclusão educacional e respeito à diversidade	104
6. Diretrizes curriculares nacionais para a educação básica	105
7. Didática e organização do ensino	106
8. Saberes, processos metodológicos e avaliação da aprendizagem	106
9. Novas tecnologias da informação e comunicação, e suas contribuições com a prática pedagógica	107
10. Projeto político-pedagógico da escola e o compromisso com a qualidade social do ensino	108
11. Fundamentos conceituais da base nacional comum curricular	109

Legislação Educacional

1. Constituição Federal de 1988 - Capítulo III, Seção I - da Educação.....	151
2. Lei nº 9.394/1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e suas alterações	154
3. Lei nº 13.005/2014 - Plano Nacional de Educação (PNE).....	174
4. Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's): orientações didáticas, natureza, objetivos e conteúdos propostos.....	176
5. Resolução CNE/CP nº 02/2017, que institui a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).....	187
6. Lei Federal nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente	193
7. Lei nº 13.146/2015 - Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)	232
8. Leis nº 10.639/03 e 11.645/2008 – História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena	251
9. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos – 2018.....	251

Conhecimentos Específicos Professor II - História

1. Metodologia do ensino de História: saber histórico escolar; trabalho com documentos e diferentes linguagens no ensino de História.....	257
2. Saber histórico e historiografia; história e temporalidade.....	258
3. A questão da identidade nacional na Historiografia brasileira	260
4. Economia, sociedade e cultura na Antiguidade: as primeiras civilizações do Oriente, a civilização grega e a romana	260
5. A Idade Média: a formação da Europa medieval, a expansão do cristianismo, o feudalismo a transição para o capitalismo.....	279
6. O mundo árabe	287
7. Idade Moderna: o renascimento cultural e comercial; o absolutismo monárquico; a reforma e a contrarreforma	288
8. As grandes navegações no século XV: partilha de terras coloniais, economia mercantil, monopólios e fortalecimento da burguesia mercantil	298
9. O tráfico Atlântico, a escravidão africana e a diáspora dos povos africanos.....	299
10. A América antes dos europeus: populações nativas, organização social e cultural	300
11. Crise do sistema colonial no Brasil: rebeliões locais e o processo de emancipação política	302
12. Iluminismo e Revolução Francesa.....	303
13. Capitalismo e liberalismo: Revolução Industrial, Ideologias do século XIX (liberalismo, socialismo utópico e científico, doutrina social da Igreja, anarquismo.....	306
14. História da América e suas identidades: lutas sociais e identidades sociais, culturais e nacionais	310
15. Brasil Imperial: sociedade escravista, abolicionismo e crise do Império	311
16. Resistência de negros e indígenas nos períodos Colonial e Imperial da História do Brasil	320
17. Brasil Republicano: República Velha, Era Vargas, Juscelino Kubitschek, Populismo, Ditadura Civil Militar, redemocratização e contemporaneidade.....	321
18. Mundo contemporâneo: da Primeira Guerra Mundial à Globalização	339
19. Base Nacional Comum Curricular - competências específicas de História no Ensino Fundamental.....	359

LÍNGUA PORTUGUESA

INTERPRETAÇÃO E COMPREENSÃO DE TEXTO

DIFERENÇA ENTRE COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO

A compreensão e a interpretação de textos são habilidades interligadas, mas que apresentam diferenças claras e que devem ser reconhecidas para uma leitura eficaz, principalmente em contextos de provas e concursos públicos.

Compreensão refere-se à habilidade de entender o que o texto comunica de forma explícita. É a identificação do conteúdo que o autor apresenta de maneira direta, sem exigir do leitor um esforço de interpretação mais aprofundado. Ao compreender um texto, o leitor se concentra no significado das palavras, frases e parágrafos, buscando captar o sentido literal e objetivo daquilo que está sendo dito. Ou seja, a compreensão é o processo de absorver as informações que estão na superfície do texto, sem precisar buscar significados ocultos ou inferências.

Exemplo de compreensão:

Se o texto afirma: “Jorge era infeliz quando fumava”, a compreensão dessa frase nos leva a concluir apenas o que está claramente dito: Jorge, em determinado período de sua vida em que fumava, era uma pessoa infeliz.

Por outro lado, a **interpretação** envolve a leitura das entrelinhas, a busca por sentidos implícitos e o esforço para compreender o que não está diretamente expresso no texto. Essa habilidade requer do leitor uma análise mais profunda, considerando fatores como contexto, intenções do autor, experiências pessoais e conhecimentos prévios. A interpretação é a construção de significados que vão além das palavras literais, e isso pode envolver deduzir informações não explícitas, perceber ironias, analogias ou entender o subtexto de uma mensagem.

Exemplo de interpretação:

Voltando à frase “Jorge era infeliz quando fumava”, a interpretação permite deduzir que Jorge provavelmente parou de fumar e, com isso, encontrou a felicidade. Essa conclusão não está diretamente expressa, mas é sugerida pelo contexto e pelas implicações da frase.

Em resumo, a compreensão é o entendimento do que está no texto, enquanto a interpretação é a habilidade de extrair do texto o que ele não diz diretamente, mas sugere. Enquanto a compreensão requer uma leitura atenta e literal, a interpretação exige uma leitura crítica e analítica, na qual o leitor deve conectar ideias, fazer inferências e até questionar as intenções do autor.

Ter consciência dessas diferenças é fundamental para o sucesso em provas que avaliam a capacidade de lidar com textos, pois, muitas vezes, as questões irão exigir que o candidato saiba

identificar informações explícitas e, em outras ocasiões, que ele demonstre a capacidade de interpretar significados mais profundos e complexos.

TIPOS DE LINGUAGEM

Para uma interpretação de textos eficaz, é fundamental entender os diferentes tipos de linguagem que podem ser empregados em um texto. Conhecer essas formas de expressão ajuda a identificar nuances e significados, o que torna a leitura e a interpretação mais precisas. Há três principais tipos de linguagem que costumam ser abordados nos estudos de Língua Portuguesa: a linguagem verbal, a linguagem não-verbal e a linguagem mista (ou híbrida).

► Linguagem Verbal

A linguagem verbal é aquela que utiliza as palavras como principal meio de comunicação. Pode ser apresentada de forma escrita ou oral, e é a mais comum nas interações humanas. É por meio da linguagem verbal que expressamos ideias, emoções, pensamentos e informações.

Exemplos:

- Um texto de livro, um artigo de jornal ou uma conversa entre duas pessoas são exemplos de linguagem verbal.
- Quando um autor escreve um poema, um romance ou uma carta, ele está utilizando a linguagem verbal para transmitir sua mensagem.

Na interpretação de textos, a linguagem verbal é a que oferece o conteúdo explícito para compreensão e análise. Portanto, ao se deparar com um texto em uma prova, é a partir da linguagem verbal que se começa o processo de interpretação, analisando as palavras, as estruturas frasais e a coesão do discurso.

► Linguagem Não-Verbal

A linguagem não-verbal é aquela que se comunica sem o uso de palavras. Ela faz uso de elementos visuais, como imagens, cores, símbolos, gestos, expressões faciais e sinais, para transmitir mensagens e informações. Esse tipo de linguagem é extremamente importante em nosso cotidiano, já que muitas vezes as imagens ou os gestos conseguem expressar significados que palavras não conseguem capturar com a mesma eficiência.

Exemplos:

- Uma placa de trânsito que indica “pare” por meio de uma cor vermelha e um formato específico.
- As expressões faciais e gestos durante uma conversa ou em um filme.

- Uma pintura, um logotipo ou uma fotografia que transmitem sentimentos, ideias ou informações sem o uso de palavras.

No contexto de interpretação, a linguagem não-verbal exige do leitor uma capacidade de decodificar mensagens que não estão escritas. Por exemplo, em uma prova que apresenta uma charge ou uma propaganda, será necessário interpretar os elementos visuais para compreender a mensagem que o autor deseja transmitir.

► Linguagem Mista (ou Híbrida)

A linguagem mista é a combinação da linguagem verbal e da linguagem não-verbal, ou seja, utiliza tanto palavras quanto imagens para se comunicar. Esse tipo de linguagem é amplamente utilizado em nosso dia a dia, pois permite a transmissão de mensagens de forma mais completa, já que se vale das características de ambas as linguagens.

Exemplos:

- Histórias em quadrinhos, que utilizam desenhos (linguagem não-verbal) e balões de fala (linguagem verbal) para narrar a história.
- Cartazes publicitários que unem imagens e slogans para atrair a atenção e transmitir uma mensagem ao público.
- As apresentações de slides que combinam texto e imagens para tornar a explicação mais clara e interessante.

A linguagem mista exige do leitor uma capacidade de integrar informações provenientes de diferentes fontes para construir o sentido global da mensagem. Em uma prova, por exemplo, é comum encontrar questões que apresentam textos e imagens juntos, exigindo que o candidato compreenda a interação entre a linguagem verbal e não-verbal para interpretar corretamente o conteúdo.

INTERTEXTUALIDADE

A intertextualidade é um conceito fundamental para quem deseja compreender e interpretar textos de maneira aprofundada. Trata-se do diálogo que um texto estabelece com outros textos, ou seja, a intertextualidade ocorre quando um texto faz referência, de maneira explícita ou implícita, a outro texto já existente. Esse fenômeno é comum na literatura, na publicidade, no jornalismo e em diversos outros tipos de comunicação.

► Definição de Intertextualidade

Intertextualidade é o processo pelo qual um texto se relaciona com outro, estabelecendo uma rede de significados que enriquece a interpretação. Ao fazer referência a outro texto, o autor cria um elo que pode servir para reforçar ideias, criticar, ironizar ou até prestar uma homenagem. Essa relação entre textos pode ocorrer de várias formas e em diferentes graus de intensidade, dependendo de como o autor escolhe incorporar ou dialogar com o texto de origem.

O conceito de intertextualidade sugere que nenhum texto é completamente original, pois todos se alimentam de outros textos e discursos que já existem, criando um jogo de influências,

inspirações e referências. Portanto, a compreensão de um texto muitas vezes se amplia quando reconhecemos as conexões intertextuais que ele estabelece.

► Tipos de Intertextualidade

A intertextualidade pode ocorrer de diferentes formas. Aqui estão os principais tipos que você deve conhecer:

- **Citação:** É a forma mais explícita de intertextualidade. Ocorre quando um autor incorpora, de forma literal, uma passagem de outro texto em sua obra, geralmente colocando a citação entre aspas ou destacando-a de alguma maneira.

- **Exemplo:** Em um artigo científico, ao citar um trecho de uma obra de um pesquisador renomado, o autor está utilizando a intertextualidade por meio da citação.

- **Paráfrase:** Trata-se da reescritura de um texto ou trecho de forma diferente, utilizando outras palavras, mas mantendo o mesmo conteúdo ou ideia central do original. A paráfrase respeita o sentido do texto base, mas o reinterpreta de forma nova.

- **Exemplo:** Um estudante que lê um poema de Carlos Drummond de Andrade e reescreve os versos com suas próprias palavras está fazendo uma paráfrase do texto original.

- **Paródia:** Nesse tipo de intertextualidade, o autor faz uso de um texto conhecido para criar um novo texto, mas com o objetivo de provocar humor, crítica ou ironia. A paródia modifica o texto original, subvertendo seu sentido ou adaptando-o a uma nova realidade.

- **Exemplo:** Uma música popular que é reescrita com uma nova letra para criticar um evento político recente é um caso de paródia.

- **Alusão:** A alusão é uma referência indireta a outro texto ou obra. Não é citada diretamente, mas há indícios claros que levam o leitor a perceber a relação com o texto original.

- **Exemplo:** Ao dizer que “este é o doce momento da maçã”, um texto faz alusão à narrativa bíblica de Adão e Eva, sem mencionar explicitamente a história.

- **Pastiche:** É um tipo de intertextualidade que imita o estilo ou a forma de outro autor ou obra, mas sem a intenção crítica ou irônica que caracteriza a paródia. Pode ser uma homenagem ou uma maneira de incorporar elementos de uma obra anterior em um novo contexto.

- **Exemplo:** Um romance que adota o estilo narrativo de um clássico literário como “Dom Quixote” ou “A Divina Comédia” para contar uma história contemporânea.

► A Função da Intertextualidade

A intertextualidade enriquece a leitura, pois permite que o leitor estabeleça conexões e compreenda melhor as intenções do autor. Ao perceber a referência a outro texto, o leitor amplia seu entendimento e aprecia o novo sentido que surge dessa relação. Além disso, a intertextualidade contribui para criar

FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO

CONCEPÇÕES E TENDÊNCIAS PEDAGÓGICAS CONTEMPORÂNEAS

As concepções e tendências pedagógicas contemporâneas refletem uma evolução significativa na forma como a educação é compreendida, estruturada e aplicada. As práticas pedagógicas atuais buscam não apenas a transmissão de conhecimentos, mas também o desenvolvimento integral do indivíduo em suas dimensões cognitiva, emocional e social.

Influenciadas por avanços nas ciências humanas e sociais, bem como por mudanças culturais e tecnológicas, as tendências pedagógicas contemporâneas enfatizam a participação ativa do aluno, a contextualização dos conteúdos, a educação inclusiva, e o uso de metodologias que favorecem a autonomia e o protagonismo dos estudantes. Essas abordagens refletem uma visão de educação como um processo de construção coletiva e contínua, em que o aluno é visto como sujeito ativo na construção do conhecimento.

A abordagem construtivista, inspirada nas teorias de Jean Piaget e Lev Vygotsky, é uma das mais influentes tendências pedagógicas da atualidade. No construtivismo, a aprendizagem é vista como um processo de construção ativa de conhecimento, em que o aluno interage com o ambiente e reorganiza continuamente suas estruturas mentais.

A ênfase recai sobre o desenvolvimento de competências e habilidades de pensamento crítico, resolução de problemas e capacidade de reflexão. O professor assume o papel de mediador, promovendo atividades e situações que desafiam o aluno a explorar, experimentar e questionar. Assim, o foco está na aprendizagem significativa, que ocorre quando o estudante relaciona novos conteúdos com conhecimentos prévios, conferindo sentido ao que é aprendido.

A pedagogia sociointeracionista, fortemente influenciada por Vygotsky, complementa o construtivismo ao enfatizar o papel das interações sociais no processo de aprendizagem. Para essa abordagem, o conhecimento é construído coletivamente, em colaboração com outros e em um contexto social específico.

O ambiente de aprendizagem deve ser um espaço de diálogo, onde o professor e os alunos compartilham saberes, refletem juntos e ampliam seus conhecimentos. O desenvolvimento de habilidades de comunicação e de cooperação é central, e o professor deve proporcionar atividades que estimulem a troca de ideias e a resolução conjunta de problemas.

A pedagogia crítica, inspirada pelas ideias de Paulo Freire, também representa uma importante tendência contemporânea, defendendo uma educação emancipadora que visa à formação de cidadãos críticos e atuantes. Segundo essa abordagem, a

educação deve ser um processo de conscientização, em que o aluno desenvolve a capacidade de questionar a realidade, refletir sobre questões sociais e lutar por transformações.

A pedagogia crítica valoriza a problematização e a contextualização dos conteúdos, relacionando-os com a realidade social dos alunos. O professor é visto como um facilitador e parceiro de diálogo, que respeita a experiência de vida do estudante e contribui para sua autonomia e senso crítico. Essa abordagem defende que o conteúdo deve estar sempre ligado ao contexto histórico e cultural, permitindo uma reflexão que vai além da simples assimilação de informações.

A pedagogia das competências é outra abordagem que ganha destaque na educação contemporânea, com foco no desenvolvimento de habilidades e competências que preparem o aluno para os desafios do mundo atual, tanto no âmbito profissional quanto pessoal. Essa abordagem se fundamenta na ideia de que a educação deve ir além da transmissão de conteúdos disciplinares, englobando competências como a criatividade, o trabalho em equipe, a resiliência e a capacidade de comunicação.

O ensino por competências envolve atividades práticas e contextualizadas que permitam aos alunos aplicar o conhecimento em situações reais. O professor, nessa perspectiva, é um orientador que propõe situações e desafios que promovam a aplicação do conhecimento e a mobilização de diversas habilidades.

Com a crescente presença da tecnologia na educação, a pedagogia digital surge como uma tendência inovadora, buscando integrar recursos tecnológicos ao processo de ensino-aprendizagem.

O ensino híbrido, por exemplo, combina atividades presenciais e online, promovendo maior flexibilidade e autonomia para o estudante. A pedagogia digital valoriza a interação e o acesso a diferentes fontes de informação, possibilitando uma aprendizagem personalizada e colaborativa. O professor assume o papel de facilitador, orientando o aluno no uso responsável e crítico das ferramentas digitais e ajudando-o a transformar a informação em conhecimento relevante.

Por fim, a educação inclusiva é uma das diretrizes que orientam a prática pedagógica contemporânea, baseando-se na promoção de uma escola para todos. Essa abordagem reconhece a diversidade dos estudantes e valoriza as diferenças individuais, sejam elas culturais, sociais, ou relacionadas a deficiências e necessidades especiais.

A pedagogia inclusiva busca eliminar barreiras para a aprendizagem, oferecendo suporte e adaptações que garantam a participação plena de todos os alunos. O professor deve desenvolver práticas pedagógicas que considerem as particularidades de cada estudante, promovendo uma educação equitativa e respeitosa.

As tendências pedagógicas contemporâneas, embora distintas, compartilham o objetivo comum de promover uma educação significativa, que valorize o aluno como sujeito ativo e que seja sensível às mudanças e desafios do contexto atual.

Essas abordagens reafirmam o papel da educação como um processo dinâmico, que deve continuamente se adaptar e evoluir para atender às necessidades e potencialidades dos estudantes e para contribuir para uma sociedade mais justa, inclusiva e democrática.

RELAÇÕES SOCIOECONÔMICAS E POLÍTICO-CULTURAIS DA EDUCAÇÃO

Ao longo das últimas décadas, o tema das relações socioeconômicas da educação tem ocupado um lugar central nos debates acadêmicos, políticos e sociais. Trata-se de um campo vasto e multifacetado, que abrange uma série de questões interligadas, desde a distribuição desigual de recursos educacionais até os efeitos do capital humano na economia.

Em um mundo cada vez mais globalizado e interconectado, a educação emerge como um dos principais motores do desenvolvimento socioeconômico. Países que investem pesadamente em educação tendem a colher os frutos desse investimento em termos de crescimento econômico, inovação tecnológica e inclusão social. No entanto, os desafios para garantir uma educação de qualidade e equitativa são consideráveis e variados.

Um dos principais pontos de partida para entender as relações socioeconômicas da educação é reconhecer a existência de profundas disparidades no acesso e na qualidade da educação em nível global. Em muitas partes do mundo, especialmente nos países em desenvolvimento, milhões de crianças ainda estão fora da escola ou recebem uma educação de baixa qualidade devido a uma série de fatores, incluindo pobreza, discriminação de gênero, conflitos armados e infraestrutura educacional inadequada.

Essas disparidades educacionais estão intrinsecamente ligadas a questões econômicas e sociais mais amplas. Por exemplo, a pobreza é tanto uma causa quanto uma consequência da falta de acesso à educação de qualidade. Crianças que crescem em ambientes economicamente desfavorecidos têm menos probabilidade de frequentar a escola regularmente e de obter os recursos necessários para ter sucesso acadêmico. Isso, por sua vez, perpetua um ciclo de pobreza intergeracional que pode ser difícil de romper.

Além disso, as desigualdades educacionais muitas vezes refletem e reforçam as desigualdades sociais existentes. Grupos marginalizados, como mulheres, minorias étnicas, pessoas com deficiência e comunidades rurais, geralmente enfrentam barreiras adicionais ao acesso à educação de qualidade. Isso não apenas priva esses grupos de oportunidades individuais, mas também limita o potencial de desenvolvimento humano e econômico de uma sociedade como um todo.

No entanto, apesar dos desafios significativos, há também razões para otimismo. O reconhecimento crescente da importância da educação como um direito humano fundamental e um catalisador para o desenvolvimento sustentável levou a uma série de iniciativas globais e nacionais para melhorar o acesso e a qualidade da educação em todo o mundo. Por exemplo, os

incluem metas específicas relacionadas à educação, como garantir a educação primária e secundária universal e de qualidade para todos.

Além disso, avanços tecnológicos recentes estão abrindo novas oportunidades para democratizar o acesso ao conhecimento e à educação. Plataformas online, recursos educacionais abertos e tecnologias de aprendizagem adaptativa estão permitindo que milhões de pessoas em todo o mundo acessem conteúdo educacional de alta qualidade a um custo acessível.

No entanto, é importante reconhecer que as soluções para os desafios educacionais não são simples nem uniformes. Abordar as desigualdades socioeconômicas na educação exige uma abordagem multifacetada e coordenada que leve em consideração não apenas as questões educacionais em si, mas também os fatores econômicos, sociais, políticos e culturais que moldam o contexto em que a educação ocorre.

Em última análise, as relações socioeconômicas da educação são um reflexo das relações mais amplas de poder e privilégio em uma sociedade. Para construir um mundo mais justo e equitativo, é fundamental garantir que todas as crianças e jovens tenham acesso igualitário a uma educação de qualidade, independentemente de sua origem socioeconômica. Isso não apenas fortalecerá as bases para o crescimento econômico sustentável, mas também promoverá a justiça social e a coesão comunitária em escala global.

Explorar as relações político-culturais da educação é adentrar em um terreno complexo e dinâmico, onde se entrelaçam diferentes sistemas de valores, ideologias e estruturas de poder. A interação entre política e cultura molda profundamente as práticas educacionais, influenciando desde os currículos escolares até as normas sociais e os valores transmitidos às gerações futuras.

Em primeiro lugar, é fundamental compreender que a educação não ocorre em um vácuo político ou cultural. Pelo contrário, as políticas educacionais são frequentemente moldadas por agendas políticas mais amplas, que refletem as visões de mundo e os interesses de grupos específicos na sociedade. Decisões sobre financiamento educacional, currículo escolar, métodos de ensino e avaliação são todas influenciadas por considerações políticas que podem variar amplamente de acordo com o contexto nacional, regional e local.

Além disso, a educação desempenha um papel crucial na transmissão e reprodução da cultura de uma sociedade. Os currículos escolares, por exemplo, refletem não apenas os conhecimentos acadêmicos considerados importantes, mas também os valores, crenças e identidades culturais dominantes. Isso pode levar a debates acalorados sobre quais perspectivas e histórias devem ser incluídas no currículo e como as diferentes culturas são representadas nas escolas.

As relações político-culturais da educação também são marcadas por conflitos e contestações. Grupos políticos e culturais frequentemente disputam o controle sobre o sistema educacional, buscando promover suas próprias agendas e visões de mundo. Isso pode levar a polarizações e divisões na sociedade, especialmente em torno de questões controversas, como religião, identidade étnica, gênero e sexualidade.

Em muitos casos, as políticas educacionais podem ser utilizadas como ferramentas de poder para impor certas

LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL

CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 - CAPÍTULO III, SEÇÃO I - DA EDUCAÇÃO

EDUCAÇÃO

A educação é tratada nos artigos 205 a 214, da Constituição. Constituindo-se em um direito de todos e um dever do Estado e da família, a educação visa ao desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Organização dos Sistemas de Ensino:

Prevê o Art. 211, da CF, que: A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino.

ENTE FEDERADO	ÂMBITO DE ATUAÇÃO (PRIORITÁRIA)
União	Ensino superior e técnico
Estados e DF	Ensino fundamental e médio
Municípios	Educação infantil e ensino fundamental

<https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:Zf8RGtlpQiwJ:https://www.grancursosonline.com.br/download-demonstrativo/download-aula-pdf-demo/codigo/47mLWGGdrdc%253D+&cd=3&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=b>

CAPÍTULO III DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO DESPORTO

SEÇÃO I DA EDUCAÇÃO

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006) (Vide Lei nº 14.817, de 2024)

VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;

VII - garantia de padrão de qualidade.

VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

IX - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

Parágrafo único. A lei disporá sobre as categorias de trabalhadores considerados profissionais da educação básica e sobre a fixação de prazo para a elaboração ou adequação de seus planos de carreira, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

Art. 207. As universidades gozam de autonomia didático - científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

§1º É facultado às universidades admitir professores, técnicos e cientistas estrangeiros, na forma da lei. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 11, de 1996)

§2º O disposto neste artigo aplica - se às instituições de pesquisa científica e tecnológica. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 11, de 1996)

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009) (Vide Emenda Constitucional nº 59, de 2009)

II - progressiva universalização do ensino médio gratuito; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV - educação infantil, em creche e pré - escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

VII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009)

§1º O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.

§2º O não - oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente.

§3º Compete ao Poder Público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer - lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola.

Art. 209. O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições:

- I - cumprimento das normas gerais da educação nacional;
- II - autorização e avaliação de qualidade pelo Poder Público.

Art. 210. Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais.

§1º O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental.

§2º O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.

Art. 211. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino.

§1º A União organizará o sistema federal de ensino e o dos Territórios, financiará as instituições de ensino públicas federais e exercerá, em matéria educacional, função redistributiva e supletiva, de forma a garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino mediante assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios;(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

§2º Os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil.(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

§3º Os Estados e o Distrito Federal atuarão prioritariamente no ensino fundamental e médio.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

§4º Na organização de seus sistemas de ensino, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios definirão formas de colaboração, de forma a assegurar a universalização, a qualidade e a equidade do ensino obrigatório.(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

§5º A educação básica pública atenderá prioritariamente ao ensino regular.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

§6º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios exercerão ação redistributiva em relação a suas escolas.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

§7º O padrão mínimo de qualidade de que trata o §1º deste artigo considerará as condições adequadas de oferta e terá como referência o Custo Aluno Qualidade (CAQ), pactuados em regime de colaboração na forma disposta em lei complementar, conforme o parágrafo único do art. 23 desta Constituição.

Art. 212. A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

§1º A parcela da arrecadação de impostos transferida pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, ou pelos Estados aos respectivos Municípios, não é considerada, para efeito do cálculo previsto neste artigo, receita do governo que a transferir.

§2º Para efeito do cumprimento do disposto no “caput” deste artigo, serão considerados os sistemas de ensino federal, estadual e municipal e os recursos aplicados na forma do art. 213.

§3º A distribuição dos recursos públicos assegurará prioridade ao atendimento das necessidades do ensino obrigatório, no que se refere a universalização, garantia de padrão de qualidade e equidade, nos termos do plano nacional de educação.(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009)

§4º Os programas suplementares de alimentação e assistência à saúde previstos no art. 208, VII, serão financiados com recursos provenientes de contribuições sociais e outros recursos orçamentários.

§5º A educação básica pública terá como fonte adicional de financiamento a contribuição social do salário - educação, recolhida pelas empresas na forma da lei.(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)(Vide Decreto nº 6.003, de 2006)

§6º As cotas estaduais e municipais da arrecadação da contribuição social do salário - educação serão distribuídas proporcionalmente ao número de alunos matriculados na educação básica nas respectivas redes públicas de ensino.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

§7º É vedado o uso dos recursos referidos no caput e nos §§5º e 6º deste artigo para pagamento de aposentadorias e de pensões.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

§8º Na hipótese de extinção ou de substituição de impostos, serão redefinidos os percentuais referidos no caput deste artigo e no inciso II do caput do art. 212 - A, de modo que resultem recursos vinculados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, bem como os recursos subvinculados aos fundos de que trata o art. 212 - A desta Constituição, em aplicações equivalentes às anteriormente praticadas.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

§9º A lei disporá sobre normas de fiscalização, de avaliação e de controle das despesas com educação nas esferas estadual, distrital e municipal.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

Art. 212 - A. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios destinarão parte dos recursos a que se refere o caput do art. 212 desta Constituição à manutenção e ao desenvolvimento do ensino na educação básica e à remuneração condigna de seus profissionais, respeitadas as seguintes disposições:(Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020) Regulamento

I - a distribuição dos recursos e de responsabilidades entre o Distrito Federal, os Estados e seus Municípios é assegurada mediante a instituição, no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal, de um Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), de natureza contábil;(Incluído pela Emenda

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

METODOLOGIA DO ENSINO DE HISTÓRIA: SABER HISTÓRICO ESCOLAR; TRABALHO COM DOCUMENTOS E DIFERENTES LINGUAGENS NO ENSINO DE HISTÓRIA

SABER HISTÓRICO ESCOLAR

O ensino de História tem sido uma ferramenta essencial para a construção da identidade social e cultural das sociedades ao longo dos séculos. No contexto escolar, o saber histórico não se limita à transmissão de informações sobre eventos passados, mas também envolve a formação do pensamento crítico, a compreensão da temporalidade e a relação entre diferentes processos históricos. O ensino de História evoluiu conforme mudanças epistemológicas e pedagógicas, adaptando-se aos desafios contemporâneos e às demandas da sociedade.

Historicamente, o ensino de História no Brasil passou por diferentes fases. Durante o período colonial, o ensino era controlado pelos jesuítas, que enfatizavam uma perspectiva eurocêntrica e religiosa. Com a independência do Brasil em 1822, o ensino de História passou a focar na construção de uma identidade nacional, destacando heróis e feitos políticos. Durante o regime militar (1964-1985), o ensino foi moldado para reforçar valores patrióticos e minimizar questões críticas sobre a sociedade brasileira. Apenas com a redemocratização e a promulgação da Constituição de 1988, o ensino de História passou a enfatizar uma visão pluralista, incluindo diferentes atores sociais e abordagens críticas.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), implementada recentemente, reforça a importância do ensino de História na formação cidadã. O documento define que o ensino histórico deve priorizar a compreensão dos processos sociais e culturais em uma perspectiva ampla, incorporando temas como história das populações indígenas, africanas e afro-brasileiras, e promovendo a valorização da diversidade. O conhecimento histórico escolar, portanto, deve ser contextualizado, dialógico e voltado para a compreensão crítica dos fenômenos sociais.

A construção do saber histórico escolar está atrelada à formação docente e à metodologia utilizada em sala de aula. O professor de História atua como mediador do conhecimento, estimulando o pensamento crítico e o debate. Diferentes abordagens pedagógicas podem ser utilizadas para a construção do conhecimento histórico, como a análise de documentos históricos, o uso de fontes primárias, a relação entre o passado e o presente e a inclusão de perspectivas múltiplas. A adoção de metodologias ativas, como projetos interdisciplinares e aprendizagem baseada em problemas, também contribui para a formação de um saber histórico mais dinâmico e participativo.

Além disso, as tecnologias digitais transformaram significativamente o ensino de História. Recursos como

plataformas educacionais, museus virtuais, bancos de dados históricos e simulações interativas permitem um ensino mais dinâmico e acessível. A interatividade proporcionada pelas novas tecnologias amplia o alcance do ensino, permitindo que os estudantes se tornem agentes ativos na construção do conhecimento. No entanto, é fundamental que o uso dessas ferramentas esteja aliado a uma análise crítica das fontes e à contextualização histórica adequada.

Apesar dos avanços, o ensino de História ainda enfrenta desafios. Um dos principais é a desvalorização das ciências humanas em alguns contextos políticos e educacionais, que impactam a carga horária e o investimento na formação de professores. Além disso, a falta de materiais didáticos adequados e a necessidade de atualização constante dos currículos representam obstáculos para um ensino de qualidade. A formação continuada dos docentes e a adoção de estratégias pedagógicas inovadoras são essenciais para superar esses desafios e fortalecer o ensino de História no Brasil.

TRABALHO COM DOCUMENTOS E DIFERENTES LINGUAGENS NO ENSINO DE HISTÓRIA

O ensino de História tem passado por profundas transformações ao longo do tempo, buscando superar a tradicional transmissão linear e conteudista dos fatos para um modelo que privilegia a compreensão crítica dos processos históricos. Nesse sentido, o trabalho com documentos e diferentes linguagens tornou-se um elemento essencial na construção do conhecimento histórico escolar, pois permite que os alunos se tornem sujeitos ativos na interpretação do passado e na compreensão das relações entre diferentes contextos temporais e espaciais.

A utilização de documentos no ensino de História tem como principal objetivo aproximar os alunos da prática investigativa dos historiadores, proporcionando-lhes a oportunidade de trabalhar com fontes primárias e secundárias. Documentos escritos, iconográficos, cartográficos, orais e materiais possibilitam uma compreensão mais ampla e diversificada dos processos históricos, ao mesmo tempo em que estimulam o desenvolvimento de habilidades de leitura, análise e interpretação crítica.

A análise de fontes escritas, como cartas, diários, tratados, legislações e artigos de jornais, permite que os estudantes compreendam as perspectivas e intencionalidades dos diferentes sujeitos históricos. No entanto, essa abordagem exige um trabalho cuidadoso de contextualização e reflexão sobre a autenticidade, autoria e intencionalidade do documento, evitando anacronismos e leituras simplistas.

Já as fontes iconográficas, como pinturas, gravuras, fotografias e cartazes, são recursos que enriquecem o aprendizado ao permitir a visualização de elementos simbólicos, culturais e

sociais que nem sempre estão explicitamente descritos nos documentos escritos. O uso dessas fontes promove a discussão sobre a construção de imagens e representações do passado, incentivando a leitura crítica das formas de registro da História.

As fontes cartográficas, como mapas e plantas urbanas, são essenciais para a compreensão das transformações espaciais ao longo do tempo, possibilitando a análise de mudanças territoriais, urbanísticas e ambientais. Essas fontes auxiliam na compreensão da dinâmica da ocupação humana e da influência dos espaços geográficos nas relações históricas e sociais.

A História Oral também desempenha um papel significativo no ensino da disciplina. Relatos e depoimentos de testemunhas oculares oferecem uma visão subjetiva e emocional dos acontecimentos, permitindo que os estudantes percebam a História como um processo vivo e dinâmico. Essa abordagem também possibilita o resgate da memória coletiva e o reconhecimento da diversidade de experiências e perspectivas.

O trabalho com diferentes linguagens também tem ganhado espaço na metodologia do ensino de História. O uso de textos literários, filmes, músicas, quadrinhos e jogos didáticos amplia as possibilidades de compreensão histórica, tornando o aprendizado mais dinâmico e acessível. A literatura, por exemplo, permite o contato com narrativas que exploram contextos históricos de forma subjetiva e detalhada, promovendo a empatia e a reflexão crítica.

O cinema e as séries históricas podem ser utilizados como recursos pedagógicos para ilustrar acontecimentos, estimular debates e questionar interpretações sobre o passado. No entanto, é fundamental que o professor oriente os alunos sobre os limites e as licenças artísticas presentes nessas produções, garantindo uma análise crítica dos conteúdos.

As músicas e os quadrinhos também são ferramentas pedagógicas eficazes para explorar aspectos culturais e ideológicos de diferentes épocas, enquanto os jogos didáticos favorecem a interação e a experimentação de situações históricas. Essas abordagens inovadoras contribuem para a ampliação do repertório dos estudantes, desenvolvendo suas habilidades interpretativas e críticas.

Portanto, o trabalho com documentos e diferentes linguagens no ensino de História representa um caminho essencial para a formação de alunos mais críticos, reflexivos e capazes de compreender a complexidade dos processos históricos. A diversificação das fontes e das metodologias permite um ensino mais significativo, promovendo a autonomia dos estudantes na construção do conhecimento histórico e na compreensão das relações entre passado e presente

SABER HISTÓRICO E HISTORIOGRAFIA; HISTÓRIA E TEMPORALIDADE

SABER HISTÓRICO E HISTORIOGRAFIA

O conhecimento histórico contemporâneo se configura a partir de uma complexa interação entre os diferentes paradigmas da História e a Historiografia, ou seja, a reflexão sobre os métodos, fontes e interpretações que moldam a construção do passado.

A História, como campo de estudo, não se limita à narração de fatos, mas se estabelece como uma disciplina dinâmica, que

busca compreender processos e transformações sociais a partir de diferentes abordagens e perspectivas.

A Historiografia pode ser entendida como o estudo da escrita da História e das diferentes formas de compreensão do passado ao longo do tempo. Tradicionalmente, as narrativas históricas estiveram fortemente influenciadas por interpretações políticas, religiosas e ideológicas, que moldaram os discursos e a seleção de eventos considerados relevantes. A partir do século XIX, com o desenvolvimento da História como disciplina acadêmica, consolidaram-se as bases do chamado positivismo histórico, que enfatizava a busca por uma História “científica”, fundamentada na documentação rigorosa e na objetividade.

No entanto, ao longo do século XX, novas correntes metodológicas emergiram, questionando a neutralidade e a imparcialidade do historiador. A Escola dos Annales, por exemplo, revolucionou a Historiografia ao propor uma abordagem mais ampla, que considerava não apenas eventos políticos, mas também aspectos econômicos, sociais e culturais. A História passou a ser vista como um campo interdisciplinar, dialogando com a Sociologia, a Antropologia, a Geografia e outras ciências humanas.

O conceito de saber histórico também evoluiu ao longo das últimas décadas. De uma visão restrita ao ensino formal e à produção acadêmica, passou-se a considerar a História como um elemento presente no cotidiano das sociedades, manifestando-se na cultura popular, na memória coletiva e na identidade dos grupos sociais. A memória histórica, muitas vezes, difere das narrativas acadêmicas, pois é influenciada por experiências individuais, discursos políticos e construções ideológicas.

O historiador contemporâneo precisa lidar com uma diversidade de fontes e métodos. Além dos documentos escritos, a História Oral tem se mostrado uma ferramenta essencial para acessar perspectivas marginalizadas e recuperar vozes que não foram contempladas nas fontes tradicionais. O uso de imagens, filmes, arquivos digitais e fontes arqueológicas também ampliou as possibilidades de investigação histórica, permitindo um entendimento mais plural e dinâmico do passado.

Outro aspecto fundamental do conhecimento histórico contemporâneo é o debate sobre a “História Pública”, que busca aproximar o saber acadêmico do público geral. Museus, redes sociais, documentários e outras formas de divulgação histórica se tornaram espaços essenciais para a disseminação do conhecimento, desafiando o monopólio acadêmico da História e permitindo que diferentes grupos sociais participem ativamente da construção de narrativas sobre o passado.

A História também se tornou um campo de disputas políticas e ideológicas, em que diferentes atores sociais utilizam interpretações do passado para legitimar suas posições no presente. O negacionismo histórico, por exemplo, representa um dos desafios atuais para os historiadores, uma vez que a distorção de fatos e a propagação de falsas narrativas podem comprometer a compreensão crítica da História.

Diante dessas questões, o ensino de História assume um papel crucial na formação do pensamento crítico e na compreensão da complexidade dos processos históricos. A forma como o passado é ensinado influencia diretamente a formação da identidade e da consciência histórica dos indivíduos. Por isso, é